

Sec. Apoio Gabinete do Diretor-Geral	
Entrada Nº <u>7053</u>	Saída <u>8675</u>
Em <u>27/6/16</u>	Código <input type="text"/>
Rúbrica <u>[assinatura]</u>	Rúbrica <u>[assinatura]</u>

Classificação: _____
Seg.: _____
Proc.: _____

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Concedo.
A. Soc. D. Geral, admitindo
despacho autorizador.
[assinatura]
Damasceno Dias
Subdirector-Geral
27/6/2016

Activo, nos termos propostos.
27.06.2016
[assinatura]
Helena Alves Borges
Diretora-Geral

PROPOSTA Nº 12/2016

ASSUNTO: Aplicação da segunda alteração à Lei nº 35/2014, de 20 de junho – Lei nº 18/2016, de 20 de junho - estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas

Considerando a entrada em vigor da alteração às normas relativas à duração e horário de trabalho, aprovadas pela Lei nº 18/2016, no próximo dia 1 de julho de 2016;

Considerando a abrangência e as especificidades das atribuições da AT, o elevado número de trabalhadores e a diversidade de horários existentes;

Considerando que importa introduzir ajustamentos em matéria do horário de trabalho, de forma a conferir maior uniformização, tendo em vista assegurar o normal funcionamento dos serviços, mantendo os níveis de eficácia e eficiência na prossecução dos objetivos da AT.

Submete-se à consideração superior as seguintes orientações, para efeitos de emissão do respetivo despacho autorizador, o qual deverá produzir efeitos a 1 de julho de 2016, data da entrada em vigor da Lei nº 18/2016, de 20 de junho:

1. O período normal de trabalho é de sete horas por dia e 35 horas por semana – nº 1 do artigo 105º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na redação conferida pela Lei nº 18/2016, de 20 de junho.

- 1.1. O horário de trabalho na AT é, em regra, o horário rígido, o qual passa a ser o seguinte:

Período da manhã – 9h às 13h

Período da tarde – 14h às 17h

2. Alterações a serem introduzidas no âmbito das unidades orgânicas:

2.1. Centro de Atendimento Telefónico (CAT) e outras unidades orgânicas

2.1.1. Os horários atualmente vigentes no(s) Centro(s) de Atendimento Telefónico (CATs) ou em unidades orgânicas cujo funcionamento se encontra estruturado de forma similar, independentemente da data de início de funcionamento ou da norma legal aplicável, poderão manter a atual forma de funcionamento (exceto, naquelas unidades orgânicas, que por motivos de reorganização das tarefas for conveniente alterar os horários praticados), devendo considerar-se os horários automaticamente alterados, devendo os superiores hierárquicos dos trabalhadores abrangidos verificar o horário atualmente praticado e fixar o novo horário, tendo em conta a referência das 7h/diárias.

2.1.2. De seguida dão-se alguns exemplos das alterações a efetuar, a título meramente indicativo:

Horário atual	Horário adaptado à Lei nº 18/2016
8h/15h	8h/14h
13/20h	14h/20h

2.2. Regime de turnos

2.2.1. As unidades orgânicas que estejam organizadas em regime de turnos (área dos sistemas de informação e área aduaneira), devem também proceder de imediato à respetiva alteração, adaptada às especificidades funcionais de cada unidade orgânica, tendo em conta a referência das 7h/diárias. Assim, um turno atual de 9h diárias com 1h de intervalo, deverá passar a ter 8h diárias com 1h de intervalo, podendo essa redução ser efetuada no início ou no fim do turno.

2.2.2. Deverá enviar-se para a DSGRH, até ao dia 1 de julho (inclusive), as novas escalas adaptadas em conformidade.

2.2.3. Os serviços que tenham necessidade de introduzir outros ajustamentos nas escalas deverão enviar a respetiva proposta para análise da DSGRH e aprovação superior; estas alterações só produzirão efeitos na data fixada no despacho de aprovação.

3. Alterações a serem introduzidas no âmbito de horários individualmente autorizados aos trabalhadores.

3.1. Regulamentos de horário

3.1.1. Os regulamentos de horário, anteriormente aprovados, e que se aplicam nas unidades orgânicas da AT (ex: unidades orgânicas da área dos sistemas de informação, unidades orgânicas da área da Cobrança e do IVA, Direção de Finanças do Porto e Direção de Finanças da Guarda) devem considerar-se automaticamente alterados em todas as regras que tinham como referências as 8h/dia, 40h/semanais, passando a ter como referência as 7h/dia, 35h/semanais, devendo os respetivos sistemas informáticos de suporte ser alterados.

3.1.2. Especificamente em relação aos horários flexíveis, devem as respetivas plataformas fixas ser adaptadas, passando a prever a presença dos trabalhadores menos 1h no total.

3.2. Jornadas contínuas

3.2.1. **Todas as jornadas contínuas** atualmente vigentes, independentemente da data de autorização ou da norma legal aplicável, **são alteradas, com efeitos a 1 de julho de 2016, passando a contemplar apenas uma redução de meia hora.**

3.2.2. As jornadas contínuas cuja prorrogação foi autorizada até *30 de setembro de 2016* por despacho do Subdiretor-Geral da área dos Recursos Humanos e Formação de 24 de maio de 2016, passam automaticamente a vigorar *até 30 de*

junho de 2017, sendo que a sua manutenção, para além desta data, depende da apresentação, até 31 de maio de 2017, de novo pedido¹.

3.2.3. Nos casos excecionais de jornadas contínuas autorizadas ao abrigo da alínea f) do nº 3 do artigo 114º da LTFP, em que foi expressamente fixado um prazo de duração específico, deverão os pedidos de prorrogação ser apresentados 30 dias antes do termo do prazo fixado no despacho autorizador.

3.2.4. De seguida dão-se alguns exemplos das alterações a efetuar, a título meramente indicativo:

Jornada contínua atual		Jornada contínua com redução de ½ h (em vigor a partir de 1/07)	
08:00	15:00	08:00	14:30
09:00	16:30	09:00	15:30
09:00	16:45	09:00	15:30
09:15	16:15	09:15	15:45
09:30	17:00	09:30	16:00
09:45	16:45	09:45	16:15
10:00	17:00	10:00	16:30
10:30	17:30	10:30	17:00
11:00	18:00	11:00	17:30
13:00	20:00	13:00	19:30

3.2.5. O disposto nos nºs anteriores deve ser comunicado pelos serviços aos respetivos trabalhadores por ele abrangidos, através de notificação pessoal.

3.2.6. Em situações limite, poderá ser solicitado pelo/a trabalhador/a horário com redução diferente da meia hora, fundado em razões objetivas/excecionais devidamente comprovadas, sendo que o parecer do(s) respetivo(s) superior(es) hierárquico(s) deverá levar em linha de conta o nº de efetivos de que dispõe para assegurar o normal funcionamento do serviço. A eventual alteração resultante deste pedido só produzirá efeitos na data fixada no despacho de aprovação a emitir no âmbito da DSGRH.

¹ O prazo limite de 30 de junho não é aplicável às situações de jornada contínua que caduquem antes dessa data nos termos da lei, pelo facto do(a) único(a) descendente perfazer 12 anos, sendo essa data (anterior a 30 de junho) a determinante.

3.3. Horários específicos

3.3.1. Todos os horários específicos atualmente vigentes (sem redução do período normal de trabalho diário), independentemente da data de autorização ou da norma legal aplicável, devem considerar-se automaticamente alterados, reduzindo uma hora na hora de saída ou reduzindo meia hora na hora de entrada e meia hora na hora de saída, devendo os superiores hierárquicos dos trabalhadores abrangidos verificar o horário atualmente praticado e fixar com o trabalhador o novo horário, tendo em conta a referência das 7h/diárias.

3.3.2. De seguida dão-se alguns exemplos das alterações a efetuar, a título meramente indicativo:

Horário específico atual (a)	Horário adaptado à Lei nº 18/2016
9h30m-13h30m/14h-18h	9h30m-13h30m/14h-17h
9h-13h30m/14h-17h30m	9h-13h/14h-17h ou 9h30m-13h30m/14h-17h
9h30m-13h/13h30m-18h	9h30m-13h/13h30m-17h ou 10h-13h/13h30m-17h30m

a) Exclusivamente aplicável no âmbito da proteção da parentalidade, ao abrigo do Código do Trabalho (Lei nº 7/2009, de 12/02)

3.4. Estatuto trabalhador-estudante

3.4.1. Aos trabalhadores-estudantes que utilizem a dispensa de trabalho para frequência de aulas, passa a aplicar-se a seguinte regra, dado que o período normal de trabalho semanal passa a ser de 35h: cinco horas semanais

3.5. Horários a tempo parcial/meia jornada:

3.5.1. Todos os horários a tempo parcial/meia jornada atualmente vigentes, independentemente da data de autorização ou da norma legal aplicável, devem considerar-se automaticamente alterados, devendo os superiores hierárquicos dos trabalhadores abrangidos verificar o horário atualmente praticado e fixar com o trabalhador o novo horário, tendo em conta a referência das 7h/diárias.

3.5.2. De seguida dão-se alguns exemplos das alterações a efetuar, a título meramente indicativo:

Horário parcial/meia jornada atual	Horário parcial/meia jornada adaptado à Lei nº 18/2016
9h-13h	9h-12h30m
14h-18h	14h-17h30m

A presente proposta deverá ser objeto de divulgação pelas unidades orgânicas da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), sem prejuízo de eventuais esclarecimentos posteriores que se mostrem convenientes.

27 de junho de 2016

A Diretora de Serviços



(Ângela Santos)